



**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da
sociabilidade humana

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas na educação e a construção do pacto social e da sociabilidade humana 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-725-3

DOI 10.22533/at.ed.253211401

1. Educação. 2. Política pública. 3. Sociabilidade humana. 4. Discente. 5. Docente. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências da Educação se tornaram em um proeminente campo científico de estudos com ampla importância acadêmica na área humanística e crescente reverberação social de suas discussões em função dos desdobramentos em um novo paradigma técnico-científico-informacional de uma caracterizada Sociedade da Informação ou do Conhecimento.

Tomando a premissa de se olhar os fatos da realidade concreta para se projetar discussões teóricas, a presente obra indica o uso das Ciências da Educação e de uma abordagem multidisciplinar como estratégia teórico- metodológica funcional para uma imersão profunda na complexa tessitura social, permitindo assim a construção de um rico debate.

Este livro, intitulado “Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana: A Realidade Discente e Docente 3”, apresenta vinte e três capítulos em cujas discussões existe um encadeamento lógico de construção de uma agenda de debates relacionados ao estudante e a mecanismos de sua avaliação, bem como sobre a formação e a prática docente.

À luz de diferentes recortes teórico-metodológicos, as discussões apresentadas nesta obra proporcionam ao leitor a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos, por meio da oferta de uma ótica multidisciplinar e multitemática enraizada no plural campo epistemológico das Ciências da Educação.

Fruto de um colaborativo trabalho de 46 pesquisadoras e pesquisadores brasileiros oriundos de todas as macrorregiões brasileiras, bem como estrangeiros do Chile, Espanha e Portugal, esta obra apresenta uma rica contribuição no mapeamento de temas com ampla relevância empírica para compreender os potenciais desafios e oportunidades da realidade de discentes e docentes.

Diante dos resultados apresentados em ricas discussões caracterizadas por um elevado rigor teórico-metodológico e um forte comprometimento com a construção dialógica de novos conhecimentos, o presente livro entrega uma acessível apreensão para um amplo público leigo ou especializado sobre temas relevantes e representativos no estado da arte do campo das Ciências da Educação.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

A REALIDADE DISCENTE E DOCENTE

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA O ENSINO APRENDIZAGEM

Yony dos Santos

Helder Ranieri de Castro Leite

Wanderley José de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2532114011

CAPÍTULO 2..... 9

A MELHORIA DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Carlos Varela Gil

DOI 10.22533/at.ed.2532114012

CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE EM TRABALHAR SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE 2000 A 2017

Maria Cristina Rocha Silva

DOI 10.22533/at.ed.2532114013

CAPÍTULO 4..... 28

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA EM FOCO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ACADÊMICO PÓS-POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Allane de Souza Pedrotti

DOI 10.22533/at.ed.2532114014

CAPÍTULO 5..... 42

COMPETÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO QUE OS ESTUDANTES DE MESTRADO TÊM ANTES DE ENTRAREM

Maria Paz García-Sanz

Begoña Galián

María Luisa Belmonte

DOI 10.22533/at.ed.2532114015

CAPÍTULO 6..... 53

PRÁCTICAS EXTERNAS: UNA VISIÓN DESDE EL TUTOR

Carles Dulsat Ortiz

DOI 10.22533/at.ed.2532114016

CAPÍTULO 7..... 64

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA – UM CAMPO ABERTO PARA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Claudia Maisa Antunes Lins

DOI 10.22533/at.ed.2532114017

CAPÍTULO 8	78
PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA ENTRE SUPERVISORES DE ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Eliane Antônia de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.2532114018	
CAPÍTULO 9	88
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: MODELO DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA	
Isabel Maria Tomázio Correia	
Maria Manuela de Sousa Matos	
Sofia Gago da Silva Corrêa Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.2532114019	
CAPÍTULO 10	101
O DOCENTE E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	
Alvino Moraes de Amorim	
Natal dos Santos Soares	
Tiago Bacciotti Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.25321140110	
CAPÍTULO 11	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.25321140111	
CAPÍTULO 12	128
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O DOCENTE DE ENSINO RELIGIOSO: UMA PERSPECTIVA EM CONSTRUÇÃO	
Sônia Maria Dias	
Selma Correia Rosseto	
DOI 10.22533/at.ed.25321140112	
CAPÍTULO 13	135
O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Vitória Eduarda Rocha Simões	
Karina Estefânia Luizeto Alves	
Eromi Izabel Hummel	
DOI 10.22533/at.ed.25321140113	
CAPÍTULO 14	146
FORMAÇÃO DOCENTE & EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO COM CRIANÇAS PEQUENAS	
Nelcir Francisca da Silva	
José Carlos de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140114	

CAPÍTULO 15	159
FORMAÇÃO DE ARTE/EDUCADORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	
Suzana Alves dos Santos Melo	
Maria Alice Melo	
DOI 10.22533/at.ed.25321140115	
CAPÍTULO 16	167
MODIFICAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS NO BRASIL: DO PRESENCIAL PARA O EAD	
Valéria Meroski de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.25321140116	
CAPÍTULO 17	177
FORMAÇÃO DE LEITORES: O PERFIL LEITOR DE ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - CAMPUS CUIABÁ	
Fernanda Barbosa Duarte de Souza	
Mariana Carolina Oliveira Carneiro	
Jamilly Mendonça dos Santos	
Anny Vitoria Carvalho da Silva	
Claudia Lucia Landgraf Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.25321140117	
CAPÍTULO 18	185
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DA CADEIA, UMA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE LA SANTÍSSIMA CONCEPCIÓN, NO SUL DO CHILE	
Raúl Patricio Escobar Maturana	
Mauricio Alarcón Álvarez	
DOI 10.22533/at.ed.25321140118	
CAPÍTULO 19	190
<i>GLOBAL SCHOOLS</i> : A FORMAÇÃO DE DOCENTES COMO CHAVE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
La Salete Coelho	
Luísa Neves	
DOI 10.22533/at.ed.25321140119	
CAPÍTULO 20	204
O PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: A ESPECIFICIDADE DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PR	
Claudinéia Maria Vischi Avanzini	
Adriana de Oliveira Chaves Palmieri	
Eliane Terezinha Buwai Krupa	
Danuse de Porciúncula Araújo	
Elisa Daniele de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.25321140120	

CAPÍTULO 21	214
A PRÁXIS DOCENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EMANCIPATÓRIOS: ATO REGULATÓRIO E ATORES CURRICULANTES Yara Pires Gonçalves DOI 10.22533/at.ed.25321140121	
CAPÍTULO 22	223
PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADUTORAS DE UM ENVOLVIMENTO FORTE DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM Virgilio Gomes Correia DOI 10.22533/at.ed.25321140122	
CAPÍTULO 23	234
O TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ DIANTE DA NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA: POSSIBILIDADES E LIMITES Clarice Schneider Linhares Laurete Maria Ruaro DOI 10.22533/at.ed.25321140123	
SOBRE O ORGANIZADOR	245
ÍNDICE REMISSIVO	246

FORMAÇÃO DOCENTE & EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NECESSÁRIOS PARA ATUAÇÃO COM CRIANÇAS PEQUENAS

Data de aceite: 04/01/2021

Nelcir Francisca da Silva

Universidade Federal do Maranhão
UFMA/GEPEID
São Luís-MA
<https://orcid.org/0000-0003-570X>

José Carlos de Melo

Universidade Federal do Maranhão
UFMA/PPGEEB/GEPEID
São Luis MA
<http://orcid.org/0000-0002-0501-814>

RESUMO: Objetivou-se apresentar neste artigo uma reflexão acerca dos saberes e fazeres de educadores da educação infantil e para atuarem na educação infantil na contemporaneidade em especial para a educação quilombola, o aporte teórico se abalizou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e também outros documentos introdutórios referentes ao assunto, tais como as Diretrizes Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais, enfatizando a educação escolar quilombola na educação infantil. Trata-se de uma revisão não exaustiva da literatura a respeito da temática em tela. Além dos documentos oficiais, apoiamos também nos autores como: O'Dwyes (1995), Salles (2012), Lima (2001) Stemmer (2014) e Munanga, (2005) dentre outros. A reflexão sobre a temática nos revelou pistas de como essa temática pode ser inserida na educação infantil. A guisa de considerações percebeu-se que a educação quilombola deve basear-se nos saberes,

conhecimentos e respeito as suas matrizes culturais. Evidenciando como imprescindível a formação inicial e continuada para educadores(as) da educação infantil, pois refletem fortemente na qualidade do desenvolvimento das habilidades das crianças pequenas dessa etapa de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente, Educação Quilombola, Educação Infantil.

TEACHER TRAINING & CHILDHOOD EDUCATION QUILOMBOLA: KNOWLEDGE AND NECESSARY SKILLS FOR ACTING WITH YOUNG CHILDREN

ABSTRACT: The objective of this article is to present a reflection on the knowledge and practices of early childhood educators and to work in early childhood education, especially for quilombola education, the theoretical contribution was supported by the Law of Directives and Bases of National Education (Law 9.394 / 1996) and also other introductory documents related to the subject, such as the National Guidelines and the National Curriculum Parameters, emphasizing quilombola school education in early childhood education. This is a non-exhaustive review of the literature on the subject at hand. In addition to the official documents, we also support authors such as: O'Dwyes (1995), Salles (2012), Lima (2001) Stemmer (2014) and (Munanga, (2005), among others. Reflecting on the theme revealed clues to us how this theme can be inserted in early childhood education. As a matter of considerations, it was realized that quilombola education must be based on knowledge, knowledge and respect for their cultural matrices, highlighting the importance of

initial and continuing training for educators from early childhood education, as they strongly reflect on the quality of the development of the skills of young children in this stage of education.

KEYWORDS: Teacher Education, Quilombola Education, Early Childhood. Education.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo em vista, a mudança atual no conceito de atendimento educacional infantil que considera esse seguimento da educação como fator fundamental no desenvolvimento humano e, atualmente na Base Nacional Comum Curricular que o enfatiza como direito: conviver; brincar; participar; expressar e conhecer-se, entende-se que é de suma importância nos atualizarmos de acordo com as reformulações das políticas educacionais voltadas, sobretudo na formação inicial, continuada e práticas docentes.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, no artigo 13 considera que: Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e IV – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Lei essa que sofreu alterações em vários artigos entre eles, que se considera um avanço, a obrigatoriedade da matrícula das crianças de quatro e cinco anos como pontua a Lei nº 2.796 de 2013.

Como se pode perceber participar da elaboração de uma proposta pedagógica são necessários conhecimentos pedagógicos específicos, o tema central desse artigo é formação para atuar na educação infantil dentro de uma comunidade quilombola.

Gomes (2009, p.131-132), salienta que: “O que uma educadora de crianças pequenas precisaria saber para exercer seu ofício? Quais seriam os saberes necessários para esse exercício profissional?” respondendo a essa indagação; – esse profissional precisa conhecer documentos importantes como: a Constituição Federal de 1988, os artigos que sinalizam os direitos das crianças brasileiras no tocante a educação escolar: 208, § IV, que trata sobre Educação Infantil em creches e pré-escolas, “Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade”; as DCNEI, 2009[veremos no decorrer desse trabalho]. Os Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI-1998; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, que no Artigo 53 estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência; e no Artigo 54 em que é dever do Estado assegurar esse acesso à criança e ao adolescente: IV – atendimento de creches e pré-escolas à criança de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola aprovada em 2012, entre outros.

É importante destacar que a primeira meta do Plano Nacional da Educação (PNE, 2014-2024) é a expansão de vagas para pré-escolas no mínimo de 50% de oferta, prevista, à época, para até 2016.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.2).

Compreende-se que, é imprescindível a participação de todos para ser concretizados esses direitos, ou seja - aqueles que trabalham ou acompanham a educação como um todo. Vale lembrar que esse esforço é de responsabilidade de toda a comunidade, a saber: a família, professores (as), diretores (as), crianças, funcionários (as), conselheiros (as) tutelares de educação e dos direitos da criança, Organizações não Governamentais (ONGs), órgãos públicos e universidades.

Em uma visão holística, os estudos sobre diversidade, igualdade de direitos da pessoa humana tornam-se cada vez mais importantes. E é por meios desses estudos e pesquisas que interagimos com o conhecimento na atualidade, buscando mais informação, principalmente na área da educação.

Sabemos que a finalidade educativa deve estar comprometida com a transformação da sociedade, partindo dessa ideia, a instituição de educação básica pública e privada tem um papel importante nesse processo de transformação, promovendo o pensamento crítico desde cedo, começando pelas crianças das creches e pré-escolas, estimulando-as a atuarem sobre o meio social.

2 | O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: NO CONTEXTO QUILOMBOLA

Posto em pauta, o direito das crianças brasileiras de desenvolvimento educacional saudável de qualidade, independente da região onde a criança resida, ressaltamos que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1959, no âmbito de suas atribuições e em defesa desses direitos estabeleceu 10 princípios norteadores como referência para subsidiar a elaboração de propostas constitucionais consistentes em prol da qualidade de educação infantil e de desenvolvimento da vida de todas as crianças brasileiras como direito.

Princípio I – A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Este direito será outorgado a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família (UNICEF, 1959).[...] princípio VII - Dar-se-á

à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1999).

A educação infantil numa visão sociocultural tem por finalidade favorecer o desenvolvimento infantil nos aspectos “motor, emocional, intelectual e social contribuindo para que a interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas por valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito” (BRASIL, 1994, p.17).

Diante de todas essas transformações, a educação infantil vive hoje um intenso processo de revisão, reformulação de concepção, ressignificação sobre como deve ser a educação de crianças pequenas em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Para Lima (2001, p.87) o objetivo nesses espaços são:

Instigar a curiosidade da criança sobre o mundo, e seu desejo de agir; ampliar suas possibilidades de exploração do mundo; valorizar as crianças e possibilitar que construam sua autonomia; incentivar atitudes de respeito, cooperação e solidariedade; favorecer a sua expressão por meios das múltiplas linguagens; estimular a sua participação e favorecer a sua compreensão sobre o porquê de estar realizando as atividades.

A instituição de educação infantil, como instituição social, formadora de valores e responsável pela transmissão dos conhecimentos sistematizados e dos saberes culturais organizados, possui um papel importante na construção de conhecimentos e atitudes que permitem um olhar mais crítico e reflexivo relacionado a aprendizagem das crianças de zero a cinco anos. Sendo assim, compartilho da ideia de Salles (2012, p. 87):

Penso que o desenvolvimento cultural étnico-racial na pré-escola é necessário desenvolver em primeiro lugar a capacidade das crianças de perguntar, levantar hipótese, explorar, experimentar, buscar informações em fontes diversas, estabelecendo relações entre elas, elaborando ideias, argumentar através da curiosidade.

A função das instituições de educação infantil, a exemplo das outras instituições de educação nacional, tem o papel de desenvolver uma sociedade democrática, justa, solidária e com menos desigualdade social.

Ayres (2012, p.14), pontua que:

Sabe-se que a escola tem a função de educar, de transmitir o saber científico; no entanto, em nossos dias, a Educação Infantil tem que se modificar, ampliar suas funções, para se pensar como instituição formadora de personalidades, de cultura, de uma sociedade mais digna, mais saudável. Esta é a fase mais importante para formação do indivíduo e, conseqüentemente, do grupo sociocultural.

Sendo assim, as instituições de educação infantil são entendidas como mediadoras entre o educando e o mundo da cultura elaborada socialmente, e historicamente construída, onde o processo de apropriação dos conhecimentos ocorre de maneira crítica e natural.

Essas crianças chegam à instituição oficial de ensino repletas de saberes culturais desenvolvidos fora da instituição, saberes esses que chegam a elas de forma aberta, curiosa e inteligente e foram passados pelos seus responsáveis.

Assim sendo, heranças culturais relacionadas étnico-raciais precisam ser valorizadas e o parecer nº 2/2007, do Conselho Nacional de Educação, dispõe sobre a das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, definiu pela sua inclusão na Educação Infantil, entendendo-a como uma necessidade indiscutível.

Nesse sentido, o desafio da instituição de educação infantil, estar em trabalhar a identidade da criança afrodescendente. Os quilombos e remanescentes quilombolas tanto rurais e urbanos, de acordo com o Plano Nacional de Implementação das DCNs da Educação das Relações Étnico-raciais refere ao papel da instituição educacional assim:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, da construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira (BRASIL, 2006, p.48-49).

Somente o conhecimento da história dos quilombos, como surgiu? Quando? em que contexto pode conscientizar as crianças sobre sua identidade. Prossequirmos com um conceito de quilombo.

2.1 Quilombo

Quilombo, resumindo em poucas palavras positivas significa: refúgio, resistência para garantir seu modo de vida, liberdade, acolhimento, disciplina, coragem entre outros adjetivos, concordo com as definições de O'Dwyes (1995, p.2) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA):

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de

território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela a experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de continuidade como grupo. Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão.

A legislação educacional, no que concerne educação escolar quilombola para Educação Infantil, também destaca sua importância, conforme podemos apreender da Resolução CNE/CBE nº 4/2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, fundamentada no parecer CNE/CEB nº 7/2010, Parágrafo único.

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola, e com a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que definiu as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, com fundamento no parecer CNE/CEB nº 20/2009, bem como os aspectos específicos dessas comunidades na vivência da sua infância destacados nestas Diretrizes e construídos em conjunto com as comunidades e as lideranças quilombolas (BRASIL, 2012).

De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observando princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2012, p. 42).

Nesse sentido, nos reportamos a Lei 10.639 de 2003 que determina inclusão nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Ao lado disso, encontramos respaldo para nossa pesquisa na Resolução nº 5 de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, recomendando o respeito às diferenças culturais, identidades e singularidades.

A Educação Infantil tem avançado no Brasil nos últimos anos, são características que resultam de sua história pessoal, podendo ser modificadas em função de suas experiências futuras, as práticas reflexivas das crianças precisam ser alimentadas de questões e informações sobre si mesmas, seus desejos, impulsos, necessidades, interesses e informações sobre o meio em que vivem, processo este que é constituído por meio de interações com as demais crianças e adultos.

É oportuno nos reportarmos para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009) que apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos seguimentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes. São eles:

a) Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades.

Portanto, cabe às instituições de Educação infantil, de acordo com os princípios éticos:

- Assegurar às crianças a manifestações de seus interesses, desejos e curiosidade ao participar das práticas educativas;
- Valorizar suas produções, individuais e coletivas;
- Apoiar as conquistas pelas crianças de autonomia de escolha de brincadeiras e de atividades e para as realizações de cuidados pessoais diários;
- Proporcionar as crianças oportunidade para:
- Ampliar as possibilidades de aprendizagens e de compreensão de mundo e de si próprio trazidas por diferentes tradições culturais;
- Construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceito que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se construírem enquanto pessoas;
- Aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;
- Adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individual, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis políticos e economicamente;
- Respeitando todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

b) Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

c) Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artística e cultural.

Assim sendo, o desenvolvimento social, cultural e educacional que se pretende alcançar na educação infantil, só terá sentido se o principal sujeito desse contexto (a

criança) for pensado no seu todo, integralmente, ou seja, levando-se em conta a essência, a qualidade, a criatividade e a motivação.

Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço a sua identidade racial. O contrário é fácil de acontecer, se, se alimenta uma memória pouco construtiva para sua humanidade (MUNANGA, 2005, p.120).

Contudo, só a aprovação da lei, não é suficiente, faz-se necessária sua implementação, começando pela Educação Infantil, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996) e segundo os Referencias Curriculares para Educação Infantil de 1998 a pluralidade cultural deve ser levada em consideração desde a educação de crianças, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil.

2.2 Recomendações legais

O presente artigo foi desenvolvido a partir reflexões e estudos teóricos, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Parecer CEB nº 16/2012 e Conferência Nacional da Educação (CONAE,2010) que orienta a União, Estados e Municípios deverão:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território; c) promover a formação específica e diferenciada(formação inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, proporcionando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo; f) garantir aos professores(as) quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso. Concomitante com sua própria escolarização; h) assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores(as) das comunidades quilombolas (CONAE,2010, p.131-132).

Percebe-se que um dos princípios transversais dessa lei têm como foco a formação docente, saberes essenciais daquela cultura específica quilombola. Acreditamos ser importante estudar a educação infantil quilombola, considerando as normativas e leis a ela inerente. Em princípio, o ensino ministrado nas instituições quilombolas na atualidade fundamenta-se, informa-se e alimenta-se de memória coletiva, línguas remanescentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país.

Com relação a educação nessas comunidades, as DCNEQ/2012, no seu artigo 8º - IV, define que esta deve ser realizada como a presença preferencialmente de professores

e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas; V – garantia de formação inicial e continuada para docentes para atuar na Educação Escolar Quilombola. Como se pode perceber, trata-se de legislação vigente em nosso país.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (DCNERE's, 2004, p. 17).

É sabido que, no decorrer de seu exercício profissional, o docente precisa desenvolver estudos de aprofundamento teórico, conhecer o que recomenda a legislação atual, de modo que possa estabelecer relações entre a teoria e suas práticas. Para tanto, é muito importante que haja adequada formação e acompanhamento docente.

Todos os documentos têm como pontos norteadores a valorização das diferenças e o atendimento a pluralidade cultural e a diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos.

3 | A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Dentro da estratégia da primeira meta do PNE (2014-2024) está o atendimento das crianças do campo na educação infantil, assim como as indígenas e quilombolas, sem alterar seus usos e costumes; reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil com vistas à melhoria da rede física de creches e pré-escolas; formação inicial e continuada de professores(as) para a educação infantil.

Além disso, a escola deve atender aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação por meio da transversalidade da educação especial na educação infantil. Uma das discussões cruciais que vivenciamos hoje nos espaços escolares é a qualidade da educação, e quando se fala em qualidade, o foco é sempre (ou na maioria das vezes) a formação dos(as) professores(as).

Stemmer (2014, p. 47), pontua que:

o professor ou professora de educação infantil necessita se apropriar de conhecimentos científico que lhe permitam atuar com qualquer faixa etária no interior desta etapa de ensino, e sua formação deve se dar no conjunto de conhecimento sobre o ensino, desenvolvimento e aprendizagem acumulados historicamente pela humanidade, com destaque, entre outros, para a Psicologia, História, Sociologia, Filosofia, Neurologia e Didática, que abrangem o trabalho com crianças de zero a seis anos.

Como podemos perceber, a educação quilombola deve basear-se nos saberes, conhecimentos e respeito as suas matrizes culturais. Evidencia-se como imprescindível

a formação inicial e continuada para professores(as) da educação infantil, pois reflete fortemente na qualidade do desenvolvimento das habilidades das crianças dessa etapa de ensino.

Sabe-se que as teorias estudadas nas formações levam o(a) professor(a) refletir sobre sua prática e buscar meios de aperfeiçoamento de suas atividades, tornando-se um especialista de sua área de atuação, na prática as ações-reflexões-ações ajuda o(a) professor(a) a encontrar o melhor caminho de reorganizar, refazer e reavaliar todas as atividades e rotinas para uma educação infantil de excelência.

Nesse contexto e diante dos impactos evidenciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013, que ressalta o professor e a formação inicial/continuada, destaca-se que:

O artigo 3º da LDBEN, ao definir os princípios da educação nacional, prevê a valorização do profissional da educação escolar. Essa expressão estabelece um amálgama entre o educador e a educação e os adjetiva, depositando foco na educação, reafirmando a ideia de que não há educação escolar sem escola e nem está sem aquela. O significado de escola aqui traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética e ambiental (BRASIL, 2013, p. 57).

As constatações revelam que a leitura do artigo 67 da mesma lei permite identificar a necessidade do elo entre o papel do professor, as exigências indicadas para sua formação e seu fazer na escola, onde se vê que a valorização profissional e da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de padrão de qualidade (artigo 4º inciso IX).

Segundo Carneiro (2014, p. 457):

A formação do(a) professor(a) constitui aspecto angular da educação básica. O ideal é que se tenham docentes com formação avançada para atuar num nível de educação onde são definidos os valores e as condições básicas para o aluno apreender o conhecimento mínimo e elaborar a visão estratégica imprescindível para compreender o mundo, intervir na realidade e agir como sujeito crítico.

Nesse sentido, Feldman (2009, p. 71) pontua que:

Formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação tem se mostrado um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como um bem universal, como espaço público, como um direito humano e social na construção da identidade e no exercício da cidadania.

Associada à qualidade está a valorização do(a) educador(a). Assim sendo, é possível implementar novas práticas nas formações permanentes, comprometidas com a conscientização e humanização desses educadores, realinhando seu ensinar. Como afirma Paulo Freire (1993, p. 13), “[...] ensinar é profissão que envolve certa tarefa, militância,

especificidade no seu cumprimento”.

Haverá um momento em que os responsáveis pela educação na infância (da educação infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental) tornar-se-ão objeto de investigação no que concerne à inflexibilidade inerente ao processo que articula as práticas pedagógicas e as legislações vigentes.

Reconhece-se, entretanto, que o tema Formação Docente é amplo e fecundas são as suas possibilidades de análises. Pretende-se, portanto, contribuir com a compreensão da importância desse tema principalmente na educação infantil, sobretudo na educação infantil quilombola, que possui os mesmos direitos das crianças de zero a cinco anos de idade, assim como as crianças de outras comunidades indígenas, estrangeiras, dentre outras.

4 | PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DAS POSSÍVEIS DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o educador(a) para atuar na comunidade específica (comunidade quilombola) precisa ter conhecimento sobre a história, costumes, língua materna desses povos. Levando-se em consideração esses aspectos, os docentes da educação infantil precisam de estudos e pesquisas sobre a infância de maneira geral e a infância quilombola em diferentes localidades do país, pois sabemos que cada comunidade tem suas raízes em diferentes contextos, que envolvem descendências dependendo de seus ancestrais existindo assim muitas diversidades. Outro sim, conhecimento aprofundados sobre as leis vigentes, normas, decretos, parâmetros para nortear seu fazer escolar, elaborar estratégia para as ações afirmativas etc.

Dessa forma, ressalta-se que há particularidades históricas, culturais, étnico-raciais, regionais e econômicas que as distinguem entre si, bem como o tipo de educação por eles demandadas.

Em virtude do que foi mencionado, os sistemas de ensino brasileiro devem considerar as particularidades na hora de oferecer o ensino quilombola, garantindo uma educação igualitária, estrutura condicente, condições pedagógicas ou seja, investimento financeiro como recomendadas o sistema educacional, reconhecendo o direito as diferenças, o direito étnico-racial que de acordo com o CONAE (2010, p. 131), define que os docentes para atuarem na educação escolar quilombola devem ser preferencialmente professores(as) oriundos das comunidades quilombolas caso, não seja possível, a alternativa é curso de aperfeiçoamento para atualização dos conhecimentos para os pretensos profissionais simpatizante dessa tema para essa missão tão importante que é educar.

REFERÊNCIAS

AYRES, Sonia Nunes. **Educação Infantil: teorias e práticas para uma proposta pedagógica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012

BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política de Educação Infantil**: proposta: Senado Federal Brasília, DF MEC, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Senado Federal Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília Senado Federal Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

BRASIL **Lei federal nº 10.639, de 09/01/2003**: Altera a Lei 9.394/96 para incluir o no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura afro-brasileira”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 11 de out de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Documento final. Senado Federal Brasília, DF, MEC, SEA, 2010.

BRASIL. Resolução nº 8/2012 que define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola** com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Senado Federal Brasília, DF MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em: 30 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Senado Federal Brasília, DF, MEC/SEB, 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FARIAS, V; SALLES, F. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica, 2ª ed., São Paulo, Ática, 2012.

FELDMANN, M. G. (Org.). **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Senac, 2009.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, Tia não**. São Paulo: Olho d'água, 1993.

GOMES, M. O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, E. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola**: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 2001.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombo**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

STEMMER, Márcia Regina Goulart. Reflexões sobre o papel e a formação de professores de Educação Infantil. In: **Creches Catarinenses**: experiências de formação e prática pedagógicas. / Organizadoras: PEIXE, Débora Cristina de Sampaio; NEIVERTH, Thaisa. Núcleo de Publicações – NUP. Florianópolis, UFSC – CED – NUP, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 26, 28, 30, 33, 39, 40, 79, 80, 81, 85, 86, 95, 105, 112, 118, 119, 120, 124, 125, 130, 133, 137, 138, 141, 142, 144, 155, 207, 219, 236, 237, 240

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 71, 74, 75, 85, 89, 93, 95, 96, 99, 104, 105, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 129, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 150, 154, 158, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 220, 221, 223, 225, 227, 229, 237, 239, 240, 241

Arte 27, 70, 76, 119, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 212

Artes visuais 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 38, 39, 81, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 109, 120, 129, 130, 132, 135, 137, 139, 140, 141, 144, 207, 210, 212, 236, 245

B

Brasil 17, 19, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 41, 66, 68, 70, 76, 79, 87, 103, 106, 107, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 134, 137, 138, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 217, 218, 221, 233, 235

C

Chile 185, 186, 187, 188, 189

Cidadania 4, 64, 103, 119, 121, 138, 147, 152, 155, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 201, 203, 209, 237, 240, 245

Clínica 78, 80, 83, 84, 86

Competência 3, 37, 39, 130, 243

Comunidade 28, 29, 35, 39, 70, 72, 76, 77, 89, 103, 104, 107, 113, 117, 119, 125, 127, 133, 139, 147, 148, 151, 153, 156, 162, 179, 183, 191, 192, 197, 199, 201, 207, 209, 237, 244

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 64, 69, 72, 73, 94, 96, 99, 102, 105, 110, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 133, 140, 141, 148, 150, 154, 155, 156, 162, 163, 169, 170, 179, 180, 191, 192, 197, 199, 206, 207, 208, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 238, 239

Cotas 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40

Currículo 33, 64, 65, 72, 76, 77, 104, 124, 127, 129, 132, 133, 139, 157, 160, 162, 164, 165, 192, 197, 199, 200, 207, 210, 215, 216, 221, 222, 237, 239, 244

D

Desempenho 4, 5, 9, 28, 29, 33, 38, 39, 40, 89, 95, 98, 110, 120, 122, 207, 215, 232, 234,

Disciplinas 15, 22, 25, 33, 36, 51, 53, 85, 102, 126, 161, 163, 164, 174, 218, 219

Docente 8, 18, 25, 39, 43, 44, 51, 55, 64, 70, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 144, 146, 151, 153, 154, 156, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 186, 189, 202, 204, 205, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 239, 240

E

EAD 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

Educação 5, 6, 7, 8, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 41, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 88, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 190, 191, 192, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245

Educação continuada 109, 116, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 158

Educadores 22, 23, 24, 26, 69, 76, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 103, 126, 146, 147, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 180, 206, 240

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 64, 67, 75, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 180, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 241, 243

Ensino fundamental 31, 32, 33, 35, 36, 64, 135, 137, 151, 156, 162, 163, 164, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212

Ensino regular 135, 137, 138, 139, 140

Ensino religioso 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 212

Escola 6, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 38, 39, 40, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 100, 102, 104, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 130, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 176, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 197, 202, 207, 208, 209, 210, 213, 223, 227, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245

Escolarização 153, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230

Estágio 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 108, 136, 217, 218, 219, 220

Estudante 9, 69, 70, 71, 74, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 207, 237

F

Família 18, 21, 26, 79, 82, 83, 119, 127, 138, 148, 153, 180, 182, 183, 210, 227, 233

Formação 2, 4, 5, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 41, 53, 64, 67, 75, 78, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 238, 239, 241, 242, 243, 244

Formação inicial 88, 89, 90, 91, 93, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 123, 146, 147, 153, 154, 155, 169, 175, 192, 210, 215, 221, 239

G

Gênero 16, 17, 22, 24, 26, 78, 180, 181, 182, 183, 213

Global 46, 64, 89, 109, 135, 184, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 202, 203

I

Inclusão 1, 122, 135, 136, 137, 140, 143, 144, 150, 151, 160, 192, 215

Infância 15, 20, 22, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 88, 89, 90, 91, 97, 99, 100, 148, 149, 151, 156, 183

L

Leitor 29, 177, 178, 179, 180, 181, 182

P

Pedagogia 8, 27, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 98, 100, 104, 108, 127, 135, 136, 139, 140, 144, 151, 167, 174, 184, 213, 219, 221

Pedagogo 234, 239, 240, 243, 244

Política educacional 116, 121, 237

Prática 1, 2, 5, 6, 7, 8, 23, 24, 30, 64, 67, 70, 72, 74, 75, 78, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 143, 144, 155, 158, 163, 173, 178, 179, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 236, 240, 241, 242

Prática pedagógica 2, 5, 6, 64, 72, 88, 89, 91, 92, 94, 99, 100, 117, 206, 210, 216, 217, 241

Práxis 86, 214, 216, 217, 220, 221

Professor 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 21, 22, 24, 66, 73, 90, 99, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 154, 155, 161, 163, 175, 182, 205, 206, 207, 208, 210, 215, 217, 219, 220, 221, 234, 236, 237, 240, 243, 245

Q

Quilombola 146, 147, 148, 151, 153, 154, 156, 157

R

Racionalidade técnica 234, 239

Religião 15, 22, 128, 132, 148

S

Saberes 3, 66, 69, 85, 89, 91, 95, 98, 100, 107, 109, 115, 127, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 199, 221

Satisfação 53

Serviço social 78, 79, 82, 86, 87

Sexualidade 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Supervisão 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 99, 104, 120, 140, 194, 234, 235, 236, 237, 238, 244

T

Teoria 7, 8, 53, 67, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 113, 115, 124, 127, 130, 135, 137, 144, 154, 184, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224

Trabalho 6, 9, 18, 19, 20, 23, 30, 41, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 147, 152, 154, 159, 160, 165, 167, 178, 180, 182, 195, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 219, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243

Transformação 6, 15, 75, 81, 84, 103, 124, 126, 130, 138, 148, 155, 190, 192, 202, 203, 206, 216, 237, 240, 241, 243

U

Universidade 1, 26, 41, 53, 62, 64, 66, 78, 99, 102, 108, 116, 135, 136, 139, 146, 159, 169, 170, 175, 176, 209, 214, 215, 218, 219, 222, 223, 231, 232, 234, 239, 245

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3

 Atena
Editora

Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Políticas Públicas na Educação e a Construção do Pacto Social e da Sociabilidade Humana

3


Ano 2021